

AS ESCOLAS NORMAIS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA SUCINTA ANÁLISE SITUACIONAL (1954)

LUCIANE BICHET LUZ¹; DIOGO FRANCO RIOS²

¹IFSul- PPGEdu – lbichet615@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – riosdf@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise parcial de um levantamento planejado, coordenado e executado por J. Roberto Moreira “*A ESCOLA ELEMENTAR E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL*” (1954). Este estudo de Moreira possui um formato de relatório e, foi mandado pela CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar – órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). O mesmo consiste em averiguar a situação do ensino primário no Rio Grande do Sul.

Portanto, será apresentado aqui, apenas o capítulo VII (O Professor Primário e Sua Formação) do relatório de Moreira, o qual nos mostra resultados relacionados com a formação de professores e, ainda as necessidades técnicas, econômicas, culturais e financeiras, condições essas que poderiam vir a comprometer o desenvolvimento da educação no Estado naquele período.

O resultado desse levantamento é fruto de uma aproximação com a realidade educacional no Estado e, para tanto foi necessário cerca de cinquenta dias úteis de vivência de Moreira no RS, desenvolvendo atividades de coletas de dados, visitas e contatos com os órgãos técnicos da Secretaria de Educação e Cultura, Secretarias Regionais e Diretorias Municipais de Ensino, diretoras de escolas e professoras.

2. METODOLOGIA

A formação de professores primários no Rio Grande do Sul em 1954 apresentava um sistema mais variado com relação aos outros estados brasileiros, isso ocorria devido ao grande incentivo do Estado neste setor, seja por meio da iniciativa particular ou pelos municípios. Não se percebe diferença entre os resultados do que o Estado faz e a iniciativa particular, pois esta se orientava pelas normas estaduais. O Estado mantinha três sistemas de formação de professores dos quais dois resultaram da aplicação da Lei Orgânica do Ensino Normal, sancionada pelo Decreto-lei nº 8530, de 2 de janeiro de 1946, antes da Constituição Federal do mesmo ano (MOREIRA, 1954). De acordo com a lei federal, surgiram no RS o Instituto de Educação da Capital (estabelecimento padrão, de ensino, no Estado), as escolas normais do interior, de 2º grau, e as escolas normais de 1º grau.

Ao lado desse sistema em dois graus, tendo como padrão o Instituto de Educação da Capital, o Estado organizou, em forma típica, de acordo com o seu Plano de Ensino Rural, escolas normais rurais, que tendem a substituir as de 1º grau que foram organizadas segundo a lei federal (MOREIRA, 1954, p. 203).

As escolas normais particulares contavam com uma assistência direta do Estado, fato que se comprova diante da nomeação de dois professores fiscais, permanentes, sendo um deles responsável pela orientação do curso de formação de professores, além de uma disciplina desse curso, e o outro a escola primária anexa, esse poderia também reger uma classe. As escolas normais de primeiro grau chamavam-se regionais e formavam regentes do ensino primário, que eram aproveitados nas unidades isoladas, ou seja, aquelas localizadas nas zonas suburbanas e em sedes distritais do Estado, e nas escolas municipais e particulares das zonas rurais. Segundo MOREIRA (1954) o funcionamento se realizava de modo precário, sendo previsto o seu desaparecimento depois de ampliada a rede de escolas normais rurais.

No Rio Grande do Sul, em 1953, havia 43 escolas normais de 2º grau (11 eram oficiais e 32 particulares), 10 de 1º grau (7 eram oficiais e 3 particulares) e 2 normais rurais. Neste mesmo ano, formou-se 725 novos professores nas escolas normais no Estado.

Tendo-se em vista que, em 1954, só o Estado precisou admitir 1096 professores, chega-se a conclusão de que a rede escolar, destinada ao ensino normal, é ainda insuficiente para atender as necessidades do sistema escolar primário no Rio Grande do Sul, pois tendo as unidades mantidas pelo Estado capacidade de absorver a totalidade dos professores formados cada ano, não sobra o menor contingente para as escolas municipais e particulares (MOREIRA, 1954, p.207).

As escolas normais rurais do Estado que receberam a visita de Moreira, foram a Escola Normal Rural de Ozório¹ (instalada em 1952) e a de Santa Cruz do Sul, ambas as instituições se instalaram em prédios provisórios, simples e rústicos, que pertencera a antiga estação (campo) experimental da Secretaria de Agricultura. Mesmo com as precariedades das escolas, “[...] que quase chegavam à pobreza, fizemos bom juízo da Escola de Ozório, sobretudo porque essa mesma rusticidade nos pareceu perfeitamente funcional” (MOREIRA, 1954, p. 212).

Em 1954, a Escola Normal de Ozório contava com 89 alunos matriculados, 60 deles internos e o restante semi-internos, predominando nestes os do sexo feminino. Além dos 89 alunos regulares, 73 alunos tinham frequência livre, compareciam apenas para prestar exames. Quanto a Escola de Santa Cruz do Sul, no mesmo ano, contava com 87 alunos, dos quais 61 eram rapazes internos e o restante moças semi-internas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro de professores primários no RS na década de 1950, ainda era composto por dois grandes grupos: os professores que tiveram formação pedagógica e os que não a tiveram. No exercício do magistério, tanto nas escolas particulares, como nas escolas rurais, era comum professores sem formação

¹ Conforme escrita do autor

pedagógica serem admitidos mediante exame de habilitação, não regulado pela secretaria de educação. Na Escola Rural de Ozório os professores são diplomados, ou possuem curso de aperfeiçoamento do Instituto de Educação, ou são técnicos rurais, formados pelo Instituto Agro-Técnico de Viamão. Em Santa Cruz do Sul, foi percebido maior afinidade entre os professores de técnicas rurais e os alunos, isso ocorria, pois os professores das disciplinas intelectuais, além de mais maturidade exerciam outras funções profissionais, o que não lhes permitia uma vivência maior com os alunos.

4. CONCLUSÕES

Meu trabalho encontra-se em fase inicial, procurando formular ideias embasadas nas leituras, com o objetivo de me aproximar do tema abordado. Sendo assim, pretendo oportunamente, desenvolver meu projeto para ingressar no mestrado, utilizando meus conhecimentos e a compreensão temporal da situação educacional no Estado e o processo de formação dos professores primários no Rio Grande Sul. Um estudo aprofundado sobre as Escolas Normais Rurais e suas contribuições para a formação de professores, ainda outras considerações relevantes ao Ensino Normal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOREIRA, J. R. **A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul**. 1954. Monografia (Campanha de Inquéritos e Levantamentos) – INEP/MEC. Rio de Janeiro.